

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. Aloizio Mercadante Oliva
Ministro da Educação

Cc para
Sr. Dr. Manuel Palácios da Cunha e Melo
Secretário da Educação Básica do Ministério da Educação

Sr. Dr. Ítalo Modesto Dutra
Diretor de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação

Sra. Dra. Márcia Ângela Aguiar
Presidente da Comissão Bicameral da Base Nacional Comum Curricular

Sr. Dr. Marcos Villela Pereira
Da equipe de especialistas da área de Arte da Base Nacional Comum Curricular

Assunto: Análise do **componente ARTE** da Base Nacional Comum Curricular aberta à consulta pública

Tendo em vista a consulta pública da Base Nacional Comum Curricular, doravante denominada pela sigla BNCC, a Federação de Arte-educadores do Brasil¹ (**FAEB**) com suas diversas associações regionais, em conjunto com a Associação Brasileira de Educação Musical (**ABEM**), Comitês Associativos da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (**ANPAP**), a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas (**ABRACE**) e a Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (**ANDA**) – e considerando a relevância do documento para os novos caminhos teórico-metodológicos da educação brasileira – solicitam a Vossa atenção para determinados equívocos e contradições presentes na redação da BNCC. Assim, apontamos a necessidade de alteração de pontos cruciais para dirimir questões pertinentes ao conhecimento “Arte” na Educação Básica e ao exercício da profissão do Professor de Artes Visuais, de Dança, de Música e de Teatro.

De início, queremos enfatizar os princípios das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro para fundamentar os pontos questionados no documento da BNCC.

- A especificidade e a complexidade da área de **Artes Visuais** evidenciam a necessidade e o compromisso com uma formação escolar que promova a elaboração, a reflexão e a crítica da imagem e de objetos artístico-culturais em seus diversos tempos históricos e em diferentes contextos culturais. O ensino das Artes Visuais promove leituras do campo imagético e a percepção de elementos que constroem o fenômeno visual. A reflexão, a contextualização, a criação e a mediação de distintas visualidades propiciam a compreensão das Artes Visuais como expressão cultural de sociedades heterogêneas, em diálogo com a singularidade e diversidade dos estudantes, como sujeitos históricos de seu tempo e espaço. Para que os direitos de aprendizagem das Artes Visuais sejam garantidos, é essencial que ocorra a sistematização de processos de aprendizagem ao longo da escolarização; espaços e tempos escolares adequados para o ensino das Artes Visuais e a compreensão da necessidade de formação acadêmica específica para o trabalho com esse componente curricular.

¹ A FAEB foi criada em 1987 e agrega educadores das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro na busca do fortalecimento e valorização de um ensino comprometido com a identidade cultural brasileira.

- O campo de conhecimento artístico **Dança** aponta necessidades de um processo de ensino-aprendizagem que considere o corpo e o movimento em processos de criação e fruição artística. A Dança é um campo de conhecimento que apresenta conteúdos específicos a serem abordados em todos os anos da Educação Básica, levando em consideração os sujeitos, suas visões de mundo e suas diferenças sociais, históricas e culturais. O ensino da Dança está comprometido com uma formação alicerçada no conhecer, no fazer, no apreciar e no criticar, em grau crescente de elaboração e aprofundamento. É premissa compreender o universo histórico e social da Dança composto por saberes e fazeres em interlocução com formas de expressão e concepções estéticas locais, nacionais e internacionais, do passado e do presente, perpassando também o diálogo com as outras Artes, com o fazer poético e o pensamento estético. Para que os direitos de aprendizagem da Dança sejam garantidos, é essencial que ocorra a sistematização de processos ao longo da escolarização, espaços escolares adequados para o ensino da Dança e a compreensão da necessidade de formação acadêmica específica para o trabalho com esse componente curricular.
- O processo pedagógico da **Música** se associa a metodologias que enfatizam a educação musical inserida no cotidiano escolar, por meio de práticas e concepções específicas que a compõem como campo de conhecimento. Por meio de atividades musicais, esse componente promove a percepção dos elementos fundamentais que caracterizam o fenômeno musical, no qual a apreciação, execução e criação de expressões musicais diversificadas acomodam diferentes gêneros, estilos e caracterizam a música como expressão cultural de distintas sociedades ao longo do tempo, em relação com o universo do aluno. Estratégias de descoberta sonora e de construção e exploração de materiais musicais procuram integrar o uso de recursos tradicionais da música com diversas alternativas e possibilidades de execução musical, com a vivência e prática de músicas que contemplem o patrimônio cultural imaterial do Brasil, abordando as particularidades de cada região, estado e município do país. Dessa maneira, para que os direitos de aprendizagem da Música sejam garantidos, é essencial que ocorra a sistematização de processos, a ampliação e preparação adequada dos espaços escolares voltados para as práticas musicais e a compreensão da necessidade de formação acadêmica específica para o trabalho com esse componente curricular.
- O **Teatro** é um campo de conhecimento da Arte, no qual o corpo é instrumento e forma de expressão, através da representação física da ação. Tendo como base o movimento, a voz e o gesto o teatro produz interações desses componentes com os elementos estéticos e visuais da cena e com o espaço cênico. Destaca-se a potência pedagógica do teatro através do trabalho performativo como meio de organizar, construir e transformar o conhecimento por intermédio do jogo, da improvisação, da leitura de texto e de seu contexto histórico-cultural, da atuação e da encenação. Envolve também a análise crítica do espetáculo e as relações com a plateia, o que compreende uma formação integral do indivíduo, que vai além dos conhecimentos artísticos e técnicos específicos da área, incluindo aspectos sociais, políticos, históricos, éticos, culturais e as possibilidades de diálogo com os demais componentes da área de Arte. Como componente curricular da Educação Básica, o Teatro inclui entre suas funções o aprimoramento do pensamento crítico-reflexivo, cognitivo e criativo, bem como a construção de novas formas de comunicação, de saberes, de propostas estéticas e de expressão corporal. Para que os direitos de aprendizagem do Teatro sejam garantidos, é essencial que ocorra a sistematização de processos ao longo da escolarização, espaços escolares adequados para o ensino do Teatro e a compreensão da necessidade de formação acadêmica específica para o trabalho com esse componente curricular.

Diante das especificidades apontadas, enumeramos a seguir as alterações que reivindicamos:

1. Constituição de uma área de Arte desvinculada da área de Linguagens (composta pela Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras Modernas e Educação Física)

Os componentes curriculares Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, compondo a área de Arte, permitem aos estudantes conhecer, produzir e elaborar leituras de mundo e compreensões críticas da arte e da sociedade, resguardando as especificidades de cada conhecimento artístico. O ensino de Arte, reconhecido como forma de conhecimento (Parecer CNE/CEB nº22 de 4/10/2005) e compreendendo os quatro componentes curriculares, possibilita a construção de conhecimentos estético-culturais, tendo como premissa a formação humana, humanizada e integral na sociedade.

2. Revisão das especificidades do componente Arte apresentadas como subcomponentes

Esta denominação perpetua uma visão de Arte atrelada à Lei nº 5.692 de 1971, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação para o 1º e 2º graus, na qual o licenciado em Educação Artística realizava atividades de Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Desenho na sua atuação profissional. Ou seja, uma formação em Arte que incorporava diversas habilitações com uma perspectiva polivalente. A Classificação Brasileira de Ocupação do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010) mantém esse equívoco ao inserir como profissão na área de ensino de quinta a oitava série o Professor de Educação Artística (código 2313-10), em oposição à própria Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, que insere o termo Ensino da Arte em substituição à antiga denominação Educação Artística. O uso da nomenclatura subcomponente subjugado ao componente Arte não reflete as resoluções aprovadas pela Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que aprovaram as diretrizes curriculares para os cursos de graduação nas suas especificidades, com titulações próprias, conforme nominado a seguir:

Música na Resolução CNE/CES nº 2/2004
Dança na Resolução CNE/CES nº 3/2004
Teatro na Resolução CNE/CES nº 4/2004
Artes Visuais na Resolução CNE/CES nº 1/2009

Em que pese ao exposto no texto da BNCC à página 82: “cada subcomponente tem seu próprio contexto, objeto e estatuto”, reconhecendo a necessidade de “professores habilitados em cada um dos subcomponentes para todas as etapas da Educação Básica”, além de espaço físico, materiais e tempo adequado para o desenvolvimento do trabalho em Arte, o termo “subcomponente”, atrelado a um abstrato “reconhecimento da necessidade”, é redutor. Assim posto, consideramos imprescindível que as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro sejam configurados na BNCC como componentes curriculares.

3. Alteração das perguntas que organizam os objetivos de aprendizagem em Arte, envolvendo os componentes curriculares de Artes Visuais, de Dança, de Música e de Teatro

As indagações apresentadas na página 85 da BNCC se situam como norteadoras dos objetivos de aprendizagem. Salientamos, contudo, que esses questionamentos precisam evidenciar o propósito do ensino de Artes Visuais, de Dança, de Música e de Teatro na escola, que são:

- Que saberes teórico-práticos de cada componente curricular da área de Arte são relevantes para uma compreensão do mundo simbólico, da realidade humana, cultural e social, em cada ano, etapa e modalidade escolar?
- Como promover o acesso e o domínio de conhecimentos artístico-culturais para desenvolver a consciência crítica do estudante sobre as diversidades e diferenças que atravessam e/ou constituem os sistemas sociais e culturais?

Ao destacarmos as indagações norteadoras da área de Arte, torna-se evidente que os objetivos de aprendizagem apresentados da página 87 a 95 requerem outras ações para além das expostas na BNCC, sendo necessária a quebra do vínculo entre educação em arte e progresso linear e contínuo. Os objetivos foram apresentados por ciclos e não por ano escolar, sendo que a numeração é contínua ao passar de artes visuais para dança e assim por diante, o que reforça novamente o caráter polivalente do documento e o exíguo lugar da Arte nos diferentes espaços educativos. É necessário que os objetivos sejam inseridos por ano escolar e focando cada componente curricular: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Além disso, a numeração dos objetivos precisa ser reiniciada a cada entrada de novo componente curricular e ano, em igualdade com os objetivos dos demais componentes curriculares apresentados na BNCC.

4. Revisão da forma sucintade apresentação do componente curricular Arte na BNCC

O reconhecimento de Arte como área de conhecimento é fundamental para a formação dos estudantes. Secretarias de Educação, gestores de escolas e professores, preocupados com os índices de avaliação do rendimento escolar, discutem regimes disciplinares que sejam eficazes e produzam resultados. A BNCC, ao apresentar, em 11 páginas, o componente curricular Arte, em contraste com os demais que envolvem de 20 a 30 páginas, acentua um olhar aligeirado para a Arte, ao mesmo tempo em que evidencia as prioridades do currículo. Até que ponto a BNCC, ao desconsiderar a especificidade dos cursos de licenciatura em Artes Visuais, em Dança, em Música e em Teatro (aprovados pelo CNE a partir de 2004), desprezando a abrangência e complexidade dessas áreas de saber na Educação Básica – ao inseri-las como subcomponentes e com reduzido número de objetivos de aprendizagem centrado em etapas ao invés de anos escolares – não estaria perpetuando uma visão de arte como complemento educacional e acessório cultural?

5. Necessidade de ampliação do prazo para consulta pública

O exíguo prazo para leitura e análise do documento, o que envolve suas bases conceituais e seus objetivos de aprendizagem, impossibilita a construção de propostas condizentes com o que almeja para a educação professores, pesquisadores e ex-alunos da educação básica. O Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica tiveram amplo tempo e espaço para o debate, o que não ocorre com a BNCC. “A base é a base”, mas como discutir, aprofundar reflexões e construir alternativas sólidas e coerentes para a base da educação se o tempo proposto não o permite, aligeirando as proposições?

Destacamos que as alterações aqui apresentadas foram amplamente discutidas no XXV Congresso Nacional dos Arte-educadores do Brasil (**CONFAEB**) e III Congresso Internacional de Arte-educadores, realizado em Fortaleza/CE em novembro de 2015, que teve como tema "Políticas Públicas e o Ensino das Artes: entre a Formação e a Ação em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro". Esse congresso agregou membros da FAEB de vários estados, representantes das Associações Regionais, de entidades científicas e artísticas, bem como o II Fórum de Coordenadores das Licenciaturas em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, com a participação de diversas universidades brasileiras. As discussões mobilizaram professores e pesquisadores da educação básica ao ensino superior, da graduação e da pós-graduação, professores e artistas atuantes em espaços educativos e estudantes das Licenciaturas em Artes Visuais, em Dança, em Música e em Teatro de todo o Brasil.

Diante do exposto, solicitamos mudanças no texto da BNCC, no que concerne:

- a) Que seja inserida a **área de Arte** desvinculando a Arte da área de Linguagens, tornando-a uma **área autônoma**.
- b) Que seja alterada a designação “subcomponente curricular” para: **componente curricular Artes Visuais; componente curricular Dança; componente curricular Música e componente curricular Teatro**, todos atrelados à Área de Arte.

- c) Que a **progressão seja por ano escolar** para cada um dos componentes curriculares, com a ampliação do quantitativo de objetivos de aprendizagem e com a numeração dos objetivos reiniciando a cada entrada de novo componente e ano de escolarização.
- d) Que seja explicitado que a **atuação do professor** em cada componente curricular da área de Arte na Educação Básica ocorrerá no **campo específico de formação em Curso de Licenciatura no Ensino Superior**, de acordo com as Resoluções aprovadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a partir de 2004.

Além desses pontos, salientamos a necessidade urgente de concursos públicos no campo específico de formação em Cursos de Licenciatura no Ensino Superior, ou seja, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Dança, Licenciatura em Música e Licenciatura em Teatro, para que os componentes curriculares da área de Arte sejam ministrados com rigor, conhecimento e profundidade na Educação Básica. Nesse sentido, solicitamos a retirada de conteúdos pedagógicos específicos da Dança – como coreografia, apreciação estética da dança, composição e interpretação coreográfica etc. – do componente curricular Educação Física, que aparecem sob o título de “práticas corporais rítmicas”. São duas áreas distintas do saber que precisam de esclarecimento e distinção na BNCC.

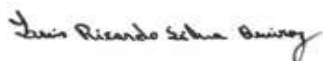
Por fim, e amparados pelas diversas reivindicações apresentadas neste documento, requeremos a participação ativa da Federação e associações, bem como de seus grupos de trabalho e comitês, constituídos por professores e pesquisadores do campo da Arte e do ensino de Arte – **FAEB, ABEM, ABRACE, ANDA, ANPAP** – no processo de construção da BNCC, ao mesmo tempo em que reivindicamos a ampliação do tempo para consulta e intervenção pública no referido documento.

Na certeza de que as nossas reivindicações serão contempladas na BNCC, agradecemos a Vossa atenção.

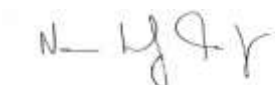
Atenciosamente,



Profa. Dra. Ana Luiza Ruschel Nunes
Presidente da Federação dos Arte Educadores do Brasil/FAEB



Prof. Dr. Luís Ricardo Silva Queiroz
Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical/ABEM



Prof. Dr. Narciso Larangeira Telles da Silva
Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Artes Cênicas/ABRACE



Profa. Dra. Lenira Peral Rengel
Diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança/ANDA



Profa. Dra. Nara Cristina Santos
Presidente da Associação dos Pesquisadores em Artes Plásticas/ANPAP